

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR EM GOVERNOS LOCAIS

INTRODUÇÃO

Os Estados são produtos históricos de suas sociedades, são instituições e atores sociais em si, com poderes de influir no curso das mudanças econômicas e sociais (EVANS, 1995). O Estado busca manter o equilíbrio social ou introduzir desequilíbrios destinados a modificar as realidades para melhor, com o objetivo maior de atingir a coletividade e o bem-estar de todos.

Existem estudos de que o desenvolvimento rural sem especialização produtiva, mas com diversificação econômica, tendo por base as propriedades de caráter familiar, pode ser considerado como ideal do ponto de vista da sustentabilidade (VEIGA, 2001).

Com base na capacidade do Estado e na força da Agricultura Familiar em produzir com sustentabilidade, este trabalho pretende auxiliar a construção de agendas para a promoção da Sustentabilidade da Agricultura Familiar orientando e norteando a elaboração das políticas públicas para o setor.

Para desenvolver o objetivo pretendido, este trabalho foi dividido em cinco seções incluindo esta introdução e as referências. A próxima seção trata da fundamentação teórica, a seção três destaca a metodologia enquanto a seção quatro apresenta a análise e discussão dos resultados e, por fim, a cinco revela as considerações finais do trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

- O Papel do Estado e as Políticas Públicas

Segundo a classificação de Evans (1995), o Estado deve combinar as técnicas de “parteiro” e “pastoreio”. No Estado “parteiro”, promove o aparecimento de novas organizações ou induzem grupos já existentes a entrarem em áreas complexas e, no “pastoreio”, promove e ajuda as organizações e grupos a vencerem desafios.

A manutenção dos sistemas produtivos, suas expansões ou não, bem como a inclusão dos cidadãos nos processos produtivos são sustentadas pelos governos por meio das políticas públicas. O tipo e a intensidade das ações do Governo dependem do estágio em que se encontra o processo tecnológico de determinada região. O que se sabe é que as intervenções dos governos são fundamentais para o sucesso e o desenvolvimento dos locais (MAHMOOD; RUFIN, 2005).

Farah (2001) considera importante que os governos locais assumam o papel de coordenação e de liderança mobilizando atores governamentais e não-governamentais procurando estabelecer um processo de “concentração” de diversos interesses e de diferentes recursos em torno de objetivos comuns.

- Sustentabilidade

Embora a sociedade, de uma forma geral, destaque a preservação ambiental como um dos principais pilares da sustentabilidade não se pode negligenciar os outros dois pilares que são o econômico e o social, pois a viabilidade econômica e sobrevivência ainda são os objetivos principais daqueles que lidam com a terra (DEMATTE, 2024).

A sustentabilidade alia tecnologia, políticas e atividades integrando princípios socioeconômicos com preocupações ambientais e é um conceito multifatorial, não sendo fácil a sua mensuração e avaliação.

- Agricultura Familiar

De forma resumida, compondo a cadeia de suprimentos do agronegócio existem duas grandes e importantes categorias de produtores rurais: a agricultura empresarial e a agricultura familiar.

A Agricultura Empresarial fica mais concentrada nos empreendimentos agroindustriais e na grande propriedade fundiária com seus produtos básicos e processados destinados à exportação. Ela se caracteriza por monoculturas e uso intensivo de insumos e máquinas.

A Agricultura Familiar se caracteriza por ter predominância de mão de obra familiar nas atividades econômicas, pela renda bruta ser predominante das atividades econômicas do estabelecimento e a gestão do estabelecimento ser estritamente familiar.

O sucesso dos agricultores familiares depende diretamente da ação do Estado na implementação de políticas públicas de apoio, de assistência técnica e de estímulo à participação efetiva do setor privado e de outras parcerias (BORGES, et al., 2016).

- Definições e pressupostos teóricos utilizadas nas dimensões, categorias e indicadores

Com base em Maser et al. (1999) que apresentaram a metodologia MESMIS com 38 indicadores, este trabalho aprofundou e modificou alguns pontos chegando em 55 indicadores divididos em três dimensões e em 9 categorias, abordando os aspectos econômicos, sociais/sociedade e ambientais mais ajustados à realidade local.

A – Aspectos Econômicos

1- Infraestrutura Produtiva e de Comercialização

Impacta diretamente na renda, segurança alimentar e sustentabilidade do setor. Se positiva, garante que os produtos cheguem ao mercado de forma competitiva, enquanto negativa pode levar à perda de valor e desperdício. Pode-se destacar o apoio de Atores Públicos das Instituições, Universidades, Centros de Pesquisa e Extensão Rural), os Atores privados no apoio aos produtores como as associações e cooperativas), a assistência técnica pública, à assistência técnica privada, à capacitação para desenvolvimento das atividades, ao acesso a crédito rural, à gestão da propriedade, à formalização da atividade, às formas de comercialização e à disponibilidade de insumos agropecuários (adubos, sementes, mudas etc.). Tem-se também a infraestrutura da propriedade (galpão, sit. de irrigação, máquinas e tratores), a mão de obra terceirizada, a agregação de valor (algum tipo de processamento dos produtos) e o tipo de mão de obra destacando se é própria ou terceirizada.

2 – Manejo Fitossanitário

Visa proteger as plantas de pragas e doenças que, de alguma forma, mantem equilibrado o ecossistema e a segurança alimentar, bem como, os trabalhadores e seus familiares. Nesta categoria os indicadores se referem ao monitoramento da produção (anotação de pragas e doenças), os tipos de controle de pragas e doenças, o uso de agrotóxico, a devolução de embalagens vazias de agrotóxicos (devolução às lojas com triplice lavagem) e o uso de EPI - equipamento de proteção individual.

3 – Práticas Agrícolas

Visam garantir a produção de alimentos a longo prazo, minimizando o impacto ambiental e social. Os indicadores se referem às sementes e mudas, o controle de ervas daninhas, o preparo de solo (aração, utilização de grades, sulcadores, entre outros), a adubação verde, os quebra ventos, a rotação de culturas, a consorciação de culturas, a cobertura do solo, a irrigação e a fertilidade do solo - calagem e adubação.

B – Aspectos Sociais/Sociedade

4 - Reciclagem e reuso de produtos

Contribuem para a promoção da sustentabilidade reduzindo o impacto ambiental e conservando recursos naturais além de, em alguns casos, fornecer insumos para a produção rural. Os indicadores se referem à reciclagem de lixo, resíduos orgânicos da cozinha, óleo residual e resíduos da agroindústria.

5 - Saneamento básico

É essencial, pois garante o acesso à água potável, coleta e tratamento de esgoto fundamentais para o ambiente. A falta de saneamento básico pode levar à contaminação da água e do solo comprometendo a saúde das pessoas.

Os indicadores se referem ao tratamento do esgoto e à água para consumo humano.

6- Infraestrutura da área onde trabalha

São os sistemas e estruturas que auxiliam na comercialização – comunicação e limpeza das áreas de forma a atender às necessidades dos agricultores familiares de forma mais eficiente com economia e com baixo impacto ambiental. Os indicadores se referem às estradas, à internet e à coleta de lixo.

7 - Capital social

Contribuem com uma melhor organização dos agricultores familiares, fortalecendo os grupos, por exemplo, aumentando a competitividade em relação às necessidades dos mercados e nas ações coletivas e de pressão junto aos governos. Se refere à participação nas reuniões de associação, na participação nas reuniões de conselhos municipais, se tem confiança em fazer negócios com outros produtores além dos seus familiares na sua comunidade e se o produtor tem relações construídas e acumuladas ao longo do tempo com outras pessoas além de seus familiares.

8 - Satisfação dos produtores

Está diretamente ligada a sustentabilidade, pois produtores satisfeitos tendem a adotar práticas sustentáveis fortalecendo a resiliência da agricultura familiar e contribuindo para a preservação ambiental e o bem-estar social da família. Os indicadores se referem ao valor pago aos produtos, se são justos ou não, a motivação para continuar e a sucessão familiar, ou seja, se algum descendente pretende continuar na atividade.

C – Aspectos Ambientais

9 - Impactos da atividade no ambiente

Já a sustentabilidade ambiental se refere às questões de conhecimento das normas, das leis, de capacitações para um bom manejo e sustentabilidade destacando, por exemplo, a conservação dos solos e da água e o descarte de embalagens tóxicas. O enquadramento ambiental da propriedade junto aos órgãos ambientais via o Cadastro Ambiental Rural também contribui para a conformidade da produção rural. Para operacionalizar a categoria foram listados os seguintes indicadores: CAR - cadastro ambiental rural, APP - área de preservação permanente (nascentes, mata ciliar rios e lagos etc.), RL - reserva legal, uso de recursos naturais (água, florestas, plantas diversas, etc.), conjunto de aves da região (pássaros em geral), animais silvestres, sistema de exploração – pluriatividade, áreas degradadas, ocorrências de queimada na sua área, desmatamento

METODOLOGIA

No início de 2024, após uma revisão bibliográfica foi construído indicadores de sustentabilidade para a agricultura familiar na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.

Procedeu-se uma análise teórica dos indicadores, primeiramente, foi realizado uma análise semântica para verificar se os itens eram compreensíveis para os membros da população a qual o instrumento se destinava e dirimir as dúvidas existentes. Neste pré-teste participaram 10 (dez) agricultores familiares, selecionadas intencionalmente, para assegurar a mais abrangente compreensão possível dos itens. Após alguns ajustes e acréscimos, o questionário final foi submetido de forma eletrônica diretamente ao público-alvo e aos grupos rurais existentes no município. Participaram da pesquisa 80 agricultores familiares.

Foram analisados três (3) parâmetros verificados em cada indicador. A primeira coluna significa um estado ruim onde o sistema se encontra muito impactado, a segunda tem um estado regular onde o sistema se encontra alterado, mas com boas perspectivas com pontos críticos para se alcançar a sustentabilidade e o último parâmetro é o estado desejável com bom potencial

ou sustentável, o sistema está no caminho para a sustentabilidade, necessitando poucas modificações para alcançar o equilíbrio pleno do local (GALLO et al. 2014).

É importante ressaltar que todas as metodologias possuem limitações e, aqui, destaca-se o reducionismo do modelo onde foi feita uma escolha de uma porção da realidade a um número limitado de variáveis. Na próxima seção serão analisados e discutidos os resultados.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção destaca-se o perfil dos respondentes e as evidências da pesquisa mostrando os indicadores com baixas avaliações ou alterados, necessitando de atenção para elevar a sustentabilidade e alcançar o equilíbrio.

As principais características socioeconômicas dos respondentes foram: a) Sexo – feminino 28,2 % e masculino 71,8% ; b) idade - 16 a 29 anos 7%, entre 30 e 59 anos 64,8% e acima de 60 anos 28,2%; c) escolaridade – sem instrução 1,4%, fundamental incompleto ou equivalente 32,4%, fundamental completo ou equivalente 21,1 %, médio incompleto ou equivalente 2,8 %, médio completo ou equivalente 16,9 %, superior incompleto ou equivalente 1,4 % e superior completo 23,9 %; d) tempo na atividade – 0 – 10 anos – 15,5%, 10 – 20 anos – 12,7%, 20 – 30 anos – 15,5% e > de 30 anos 56,3%; e e) renda familiar em salários mínimos: até 2 salários – 33,8%, entre 2 e 5 salários – 52,1%, entre 5 e 15 salários – 8,5% e > que 15 salários – 5,6%.

Quadro 1: Indicadores com baixas avaliações ou alterados

DIMENSÃO	CATEGORIAS	INDICADORES	PARÂMETROS		
			1	2	3
ECONÔMICA	Infraestrutura Produtiva e de Comercialização	ATORES PÚBLICOS NO APOIO (Instituições, Universidades, Centros de Pesquisa, Extensão Rural etc)	SEM APOIO - 49,3 %	MENOS QUE 2 ATORES - 46,5%	3 OU MAIS ATORES - 4,2%
		ATORES PRIVADOS NO APOIO (Associações, cooperativas, outras)	SEM APOIO - 42,3 %	MENOS QUE 2 ATORES - 45,1%	3 OU MAIS ATORES - 12,7 %
		ASSISTÊNCIA TÉCNICA PÚBLICA	NÃO TEM - 35,2 %	SIM, ÀS VEZES - 50,7 %	SIM, SEMPRE - 14,1 %
		ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRIVADA	NÃO TEM - 70,4 %	SIM, ÀS VEZES - 25,4 %	SIM, SEMPRE - 4,2 %
		CAPACITAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES	NÃO TEM - 31 %	SIM, ÀS VEZES - 47,9 %	SIM, SEMPRE - 21,1 %
		ACESSO A CRÉDITO RURAL	NÃO TEM - 45,1 %	SIM, ÀS VEZES - 38 %	SIM, SEMPRE - 16,9 %
	AGREGAÇÃO DE VALOR (algum tipo de processamento dos produtos)	NÃO REALIZA - 66,2 %	PARTE DA PRODUÇÃO - 29,6 %	TODA A PRODUÇÃO - 4,2 %	
	Manejo Fitossanitário	TEM MONITORAMENTO DA PRODUÇÃO (anotação de pragas e doenças)	NÃO TEM - 33,8 %	OBSERVA MAS NÃO ANOTA DE FORMA SISTEMÁTICA - 57,7 %	MONITORAMENTO E ANOTAÇÃO DE TUDO - 8,5 %
Práticas Agrícolas	QUEBRA VENTOS	NÃO HÁ - 84,5 %	HÁ, NAS ÁREAS DE CULTIVO - 9,9 %	EM TODA A ÁREA - 5,6 %	
	IRRIGAÇÃO	SULCO, INUNDAÇÃO E MOLHAÇÃO - 4,2 %	CONVENCIONAL - ASPERSÃO - 83,1 %	LOCALIZADA - MICROASPERSÃO E GOTEJAMENTO - 12,7 %	
SOCIAIS SOCIEDADE	Reciclagem e reuso de produtos	RECICLAGEM DE LIXO	NÃO FAZ - 43,7 %	FAZ ENTRE 50 % E 99 % - 39,4 %	FAZ 100 % - 16,9 %
		RESÍDUOS ORGÂNICOS DA COZINHA	NÃO FAZ - 46,5 %	FAZ ENTRE 50 % E 99 % - 29,6 %	FAZ 100 % - 23,9 %
		ÓLEO RESIDUAL	PIA COMUM - 38 %	ARMAZENAMENTO - 25,4 %	RECICLADO - 36,6 %
	Saneamento básico	RESÍDUOS DA AGROINDÚSTRIA	LIXO COMUM - 56,3 %	ALIMENTAÇÃO ANIMAL - 5,6 %	COMPOSTAGEM - 38 %
		ESGOTO	AMBIENTE - 9,9 %	FOSSA - 80,3 %	TRATADO - 9,9 %
	Capital social	ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO	NÃO TRATADA - 43,7 %	FILTRADA - 46,5 %	TRATADA - 9,9 %
		PARTICIPA DE REUNIÕES DE CONSELHOS MUNICIPAIS	NÃO - 60,6 %	ÀS VEZES - 32,4 %	SIM - 7 %
Satisfação dos produtores	O VALOR PAGO PELOS SEUS PRODUTOS SÃO JUSTOS	NÃO - 23,9 %	RAZOÁVEL - 62 %	SIM - 23,9 %	
	SUCCESSÃO FAMILIAR (algum descendente pretende continuar na atividade)	NÃO TEM - 36,6 %	DÚVIDA - 29,6 %	EM CURSO - 33,8 %	
AMBIENTAL	Impactos da atividade no ambiente	SISTEMA DE EXPLORAÇÃO - PLURIATIVIDADE	MONOCULTURA (explora somente um tipo de cultura ou um tipo de criação) - 52,1 %	ANIMAL OU VEGETAL (explora somente criações ou culturas) - 21,1 %	ANIMAL E VEGETAL (explora alguma criação com alguma cultura, ambas atividades) - 26,8 %
		OCORRÊNCIAS DE QUEIMADA NA SUA ÁREA	ALGUMAS VEZES - 40,8 %	POUCAS VEZES - 31 %	NUNCA HOUE - 28,2 %

Fonte: Dados da Pesquisa, elaborado pelo próprio autor.

Na dimensão econômica diversos indicadores estão ruins ou alterados. Na categoria infraestrutura produtiva e de comercialização é fundamental aumentar a participação de atores, sejam eles públicos ou privados, aproveitando as competências e missões de cada um na cadeia de produção. A assistência e a capacitação também são fundamentais para promover a Sustentabilidade da Agricultura Familiar, pois desenvolvem o conhecimento e mudam comportamentos. É importante destacar a dificuldade do acesso ao crédito rural que é uma

importante forma de fomento à manutenção das atividades e de transformações pelos investimentos possíveis. Outro ponto importante nesta categoria é a agregação de valor, que permite aumentar os rendimentos e ampliar o acesso aos mercados. Na categoria manejo fitossanitário o monitoramento das pragas com anotações e quantificações, podem facilitar os controles fitossanitários com menores recursos financeiros e ambientais. Já na categoria das Práticas Agrícolas temos dois pontos importantes: o uso de quebra ventos possibilitando ter maior produtividade com menor uso de água, práticas estas que devem ser estimuladas e incorporadas e a irrigação é fundamental que seu manejo seja feito com mais técnica, ou seja, com melhor quantificação do uso da água e com menos desperdício, além da utilização de sistemas mais eficientes.

Na dimensão social/sociedade quatro categorias devem ser mais bem trabalhadas: a reciclagem e o reuso de produtos - é importante se ter uma gestão de resíduos, seja domiciliar ou da produção, pois desta forma pode haver a promoção de mais saúde além da produção de importantes adubos para serem utilizados nas próprias produções; o saneamento básico - as fossas devem ser incrementadas por sua facilidade de implantação e o uso de filtros para o consumo humano para melhorar a qualidade de vida e a saúde dos agricultores familiares e suas famílias; o capital social - é fundamental a participação em reuniões e conselhos municipais, pois permite que a sociedade civil direcione as ações coletivas tanto dos governos locais como das próprias representações para solução de problemas reais e mais ajustados à realidade local. Com relação a satisfação dos produtores pode ser melhorada com preços justos recebidos por seus produtos, sejam eles por meio da agregação de valor, pelas vendas diretas ou mesmo com a diferenciação dos produtos por meio de selos e certificados. Outro ponto importante é a sucessão familiar que garante a continuidade da atividade e do legado, preservando o conhecimento e otimizando a gestão através de uma visão de longo prazo e também evitando a fragmentação da propriedade, fortalecendo a agricultura familiar como um todo.

Finalmente na dimensão ambiental os impactos da atividade no ambiente se devem a dois indicadores principalmente: o sistema de exploração - pluriatividades e as ocorrências de queimadas. Em relação ao sistema de produção, há a necessidade de aumentar a diversidade da produção cultivada com base em uma policultura, prática agrícola que cultiva várias espécies na mesma área ou campo, e se for associada a criação de pequenos animais ficaria melhor ainda, pois seus resíduos, contribuem com a fertilização das próprias plantações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS;

Com base na análise e discussão dos resultados apresentadas, é possível destacar três (3) diretrizes fundamentais de Políticas Públicas a Sustentabilidade da Agricultura Familiar em governos locais:

1 - Articulações institucionais

Talvez um dos pontos mais importantes no desenvolvimento das Políticas Públicas seja reforçar as parcerias institucionais ligadas ao setor para que possam, de alguma forma, terem agendas convergentes definidas com o tema da sustentabilidade. Ela só será alcançada se houver uma boa articulação entre governos municipais, estadual e Federal e catalisada pelos governos locais que devem estimular o desenvolvimento de planos estratégicos definindo responsabilidades demonstrando, de forma clara, os papéis de cada órgão e como podem colaborar seja na assistência técnica, seja nas pesquisas de novas técnicas, ou no fomento de infraestrutura.

Uma boa alternativa é utilizar os conselhos municipais de desenvolvimento rural para aumentar a capilaridade e a articulação potencializando assim os esforços de sensibilização e conscientização dos agricultores.

2 - Educação para o campo

A boa formação é construída com a boa educação, uma educação voltada para o meio rural, ressaltando os problemas dos Agricultores Familiares e destacando temas como as técnicas de produção, a comercialização, a gestão, a sustentabilidade, dentre outros.

A educação do campo deve atuar de certa forma por meio de uma rede, composta por diversos atores como, por exemplo, ONGs, universidades, secretarias estaduais e municipais de Educação, secretarias estaduais e municipais de agricultura, movimento sindical, movimentos e organizações sociais, dentre outros.

O baixo nível da escolaridade e formação dos agricultores familiares compromete os processos de decisão-ação e a carência de conhecimentos prejudicam a solução dos problemas.

3 - Assistência Técnica e Extensão Rural

É fundamental que as empresas de assistência técnica e extensão busquem permanentemente orientar e informar os agricultores familiares das tecnologias e formas de produção que melhor se adaptem às respectivas regiões, aos sistemas de produção e as diversas situações com o foco na sustentabilidade da agricultura familiar.

Estimular a participação social na condução e direcionamento dos trabalhos e da assistência técnica buscando a solução dos problemas reais dos agricultores familiares utilizando estratégias de difusão e transferência que seja mais absorvido por todos.

A criação de um certificado, por exemplo, um selo de boas práticas, pode estimular aos agricultores familiares na adoção de manejos mais sustentáveis.

Este trabalho buscou contribuir para a construção e o melhor desenho de futuras políticas públicas para a Sustentabilidade da Agricultura Familiar permitindo o desenvolvimento de agendas mais ajustadas aos anseios e necessidades do público-alvo e é restrito a região Serrana do Estado do Rio de Janeiro e outras pesquisas podem ocorrer com outros agricultores familiares em outras regiões do estado e do Brasil.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Marcio Silva; GUEDES, Cezar Augusto Miranda; CASTRO, Maria Cristina Drumond e. Programa de assistência técnica para o desenvolvimento de pequenas propriedades leiteiras em Valença – RJ e região Sul Fluminense. Cadernos EBAPE.br, v. 14, Edição Especial, Rio de Janeiro, Jul, 2016.
- DEMATTÊ, José Luiz Loriatti. Manejo e sustentabilidade agrícola de solos do Brasil: fundamentos. Piracicaba: LSO – ESALQ, 2024.
- EVANS, Peter B. Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 119-144, 2001.
- GALLO, Anderson de Souza, GUIMARÃES, Nathalia de França, AGOSTINHO, Patricia Rochefeler, CARVALHO, Emerson Machado de. Avaliação da sustentabilidade de uma unidade de produção familiar pelo método MESMIS. Cadernos de Agroecologia, vol. 9, no 4, Nov 2014.
- MAHMOOD, Ishtiaq P. and RUFIN, Carlos. Government's dilemma: the role of government in imitation and innovation. Academy of Management. Vo, l. 30, n. 2, April, 2005.
- MASERA, O. R., ASTIER, M., LÓPEZ, S. Sustentabilidad y manejo de recursos naturales: El Marco de evaluación MESMIS. México: Mundiprensa, GIRA, UNAM, 1999.
- PEIXOTO, Aristeu Mendes, TOLEDO, Francisco Ferraz de e SOUZA, Julio Seabra Inglês de (coord.). Enciclopédia Agrícola Brasileira, vol. 1 A-B. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- VEIGA, J. E. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. 2ª Reimpressão. Brasília: NEAD, 2001. 108 p.